



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

24/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 3
1.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	4 - 5
1.3. PALESTRA.....	6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CARTÓRIOS.....	7 - 8
2.2. DESEMBARGADORES.....	9
2.3. JULGAMENTOS.....	10
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CARTÓRIOS.....	11
3.2. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	12 - 13
3.3. CÂMARA CÍVEL.....	14
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	15 - 16
4.2. CARTÓRIOS.....	17 - 18
4.3. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	19
4.4. COMARCAS.....	20 - 22
4.5. CÂMARA CÍVEL.....	23
4.6. JULGAMENTOS.....	24 - 28
4.7. PALESTRA.....	29
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	30
5.2. INSTITUCIONAL.....	31
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	32
6.2. CÂMARA CÍVEL.....	33
6.3. INSTITUCIONAL.....	34
6.4. JULGAMENTOS.....	35 - 36
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. EDITAL.....	37
7.2. INSTITUCIONAL.....	38 - 40
7.3. JULGAMENTOS.....	41 - 43
7.4. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	44 - 45
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	46 - 47
8.2. COMARCAS.....	48 - 49
8.3. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	50
8.4. CÂMARA CÍVEL.....	51
8.5. DESEMBARGADORES.....	52 - 55
8.6. INSTITUCIONAL.....	56
8.7. JULGAMENTOS.....	57 - 58
8.8. PRISÃO.....	59 - 60
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. CARTÓRIOS.....	61
9.2. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	62
9.3. COMARCAS.....	63

PM'S REFORMADOS FARÃO SEGURANÇA

Durante audiência no Palácio dos Leões na tarde de ontem, 23/11, a governadora Roseana Sarney reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Jamil de Miranda Gedeon para viabilizar o convênio entre os Poderes Executivo e Judiciário para que policiais militares reformados façam a segurança nos Fóruns da Justiça da capital e interior do Estado.

O secretário de segurança pública do Estado Aluísio Mendes, presente na audiência, declarou ao final que por falta de efetivo policial junto aos Fóruns, o Governo vai firmar um convênio para aproveitamento de policiais recém-reformados que serão requalificados e treinados com a finalidade de guardar os tribunais..

O presidente do TJ/MA, Jamil Gedeon, afirmou que o convênio prevê que o pagamento do policial reformado será de 50% do soldo existente, dividindo os custos entre o Judiciário e o Executivo.

Roseana aprova convênio para segurança nos Fóruns



Roseana aprova convênio para segurança nos Fóruns

A governadora Roseana Sarney recebeu ontem, em audiência no Palácio dos Leões, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Jamil de Miranda Gedeon. O encontro teve como objetivo viabilizar convênio - entre os Poderes Executivo e Judiciário - para que policiais militares reformados possam fazer a segurança nos Fóruns da Justiça da capital e interior do estado.

Na reunião também estiveram presentes a vice-presidente do TJ/MA, desembargadora Cleonice Freire, o corregedor-geral do TJ/MA, desembargador Guerreiro Júnior e os secretários de Estado de Segurança

Pública, Aluísio Mendes, e de Planejamento, Fábio Gondim.

Conforme explicou Aluísio Mendes, ao final da audiência, por falta de efetivo policial junto aos Fóruns, o Governo vai firmar um convênio para aproveitamento de policiais recém-reformados que serão requalificados e treinados com a finalidade de guardar os tribunais.

"A governadora Roseana achou a idéia muito positiva e determinou celeridade no projeto. Esperamos que na semana que vem a minuta já esteja pronta. A assinatura do convênio deve ocorrer no final deste mês", disse Aluísio Mendes.

O presidente do TJ/

MA, Jamil Gedeon, afirmou que o convênio prevê que o pagamento do policial reformado será de 50% do soldo existente, dividindo os custos entre o Judiciário e o Executivo.

"A segurança é uma medida urgente, sob pena de novas invasões, além do desrespeito da autoridade judicial na Comarca. A governadora Roseana foi muito sensível à nossa solicitação e na semana que vem deveremos celebrar o convênio", disse o desembargador Jamil Gedeon.



➡ A governadora Roseana Sarney em audiência com os membros do Tribunal de Justiça

CONTINUA PRESO

Desembargador Raimundo Melo, relator da 1ª Câmara Criminal, mantém a prisão de traficante

Pág. 11

Desembargador Raimundo Melo, relator da 1ª Câmara Criminal, mantém a prisão de traficante

Em sessão realizada ontem, a 1ª Câmara Criminal, manteve a condenação do traficante Eriko Veiga Arruda, mais conhecido como Buda.

Buda havia sido condenado pelo crime previsto no art. 33, da Lei 11.343/2006, a 04 (quatro) anos e 08(oito) meses de reclusão, pelo Juiz da Vara de Entorpecentes da Capital. A sentença do Juiz determinou ainda a perda do veículo de propriedade do traficante, cite-se um veículo Audi, modelo A3, 1.8T, cor prata, em favor da União. A defesa interpôs recurso, objetivando a sua absolvição, alegando, para tanto, ser ele usuário de drogas.

Em seu voto, após minuciosa análise, o Relator: Desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova dos autos não levava a uma mera presunção da compra de substância entorpecente para usuário próprio, mas sim, a certeza da prática delitiva do crime de tráfico de entorpecentes. O desembargador ressaltou ainda a configuração do crime de entorpecentes porque a apreensão da quantidade de cocaína e outros instrumentos cor-

riqueiramente utilizados na traficância demonstravam a autoria e certeza da prática delitiva, mantendo assim, a sentença do Juiz da Vara de Entorpecentes.

O Desembargador registrou ainda que os delitos de tráfico de entorpecente são de perigo abstrato para a saúde pública, fazendo-se irrelevante que seja pequena a quantidade de entorpecente, ressaltando, inclusive que a condição de usuário, viciado inclusive, por si só não exclui a prática do tráfico, sendo comum a comercialização como forma de sustento do uso ou do vício. Melo ressaltou ainda "que os traficantes não tem pescoço só para pendurar cangalha, mas sim, cabeça para envolver os jovens e adolescentes para o uso da droga, causando verdadeiro pesadelo social em nosso país".

Quanto ao veículo apreendido, o Desembargador Raimundo Melo, modificou a decisão do Juiz da Vara de Entorpecentes, determinando que o veículo apreendido fosse destinado a Secretaria de Segurança do Estado - em especial ao departamento de narcóticos - para

ser utilizado no combate ao crime de tráfico de entorpecentes. A entrega do carro será feita em solenidade a ser designada posteriormente.

Por fim, o Relator determinou a expedição do competente mandado de prisão contra Buda, inclusive, requisitando a comunicação das policias dos outros Estados, acerca desta determinação, pois, até a presente data Buda encontra-se foragido.

Acompanharam o Desembargador Melo, os Senhores Desembargadores Bayma Araujo, decano do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e José Luiz Oliveira de Almeida, acompanhados pela Procuradoria Geral de Justiça.

DEBATE DE ALTO NÍVEL NA ESMAM

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), realiza de 24 a 26 de novembro, no Hotel Premier, o I Encontro de Psicólogos e Assistentes Sociais do Judiciário Maranhense. Durante o encontro, os minicursos discutirão a produção de documentos periciais, reunindo profissionais dessas duas ciências cuja atuação em organizações judiciárias é recente, mas ampla. Produzindo perícias, mediando o processo de adoção, traçando perfis psicossociais, psicólogos e assistentes sociais estão nos bastidores de um processo judicial, auxiliando a decisão dos magistrados.

Ao longo dos três dias do evento será possível conhecer as possibilidades de atuação desses profissionais dentro do universo jurídico, culminando com o fórum de discussão para identificar os limites e os desafios dos assistentes sociais e psicólogos que atuam no Tribunal de Justiça do Maranhão. Já estão confirmadas as participações de palestrantes nacionalmente conhecidos, como Arnaldo Camanho de Assis (DF), Maria da Graça Türck (RS), Evandro Luiz Silva (PR), José Antonio Daltoé Cezar (RS) e Leila Maria Torraca de Brito (RJ), que abordarão temas como "A relevância do estudo psicossocial para o Judiciário", "Alienação parental, abuso e maus tratos", "Produção de documentos periciais", além de mesa redonda, na qual profissionais maranhenses também contribuirão para enriquecer os debates.

Corregedoria afastou quatro titulares de cartórios este ano

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, afastou este ano os titulares dos cartórios de Barreirinhas, Timbiras, Brejo e Anapurus, após constatadas irregularidades graves nas quatro serventias extrajudiciais durante correição.

A adulteração de registros civis para obter aposentadorias junto ao INSS e para vantagens eleitorais e registros imobiliários falsos puxam a lista das fraudes cartorárias no estado. Os registradores afastados das funções figuram em vários desses ilícitos.

O titular do cartório de Montes Altos seguiu idêntico caminho e também vai responder a Processo Administrativo Disciplinar. Em correição naquele cartório, em outubro, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) descobriu registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. Diante dos fatos, a juíza titular da comarca, Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré, requereu inspeção minuciosa na serventia extrajudicial.

MAIS AFASTAMENTOS - O corregedor autorizou correição extraordinária na serventia e decidiu estender a operação a de-

zenas de cartórios. A relação de locais a ser vistoriados está sob sigilo. "Provavelmente, outros registradores serão afastados. Caso necessário, vou determinar correições a número bem maior de serventias", admite.

Para garantir a segurança dos técnicos da CGJ e o sucesso das ações, ele pediu à Polícia Federal que acompanhe as investigações. Os técnicos estão autorizados a verificar e apreender livros e documentos cartorários suspeitos. A PF e a Corregedoria firmaram parceria no início de março para apurar fraudes cartorárias no estado.

ATOS INDEVIDOS - Naquele mês, o titular da serventia extrajudicial de 1º Ofício de Barreirinhas foi obrigado a deixar as funções por "continuar praticando atos indevidos na serventia, inclusive atos notariais sob investigação administrativa", assinala trecho de documento.

Auditagem em livros da serventia revelou que ele não completava os atos notariais, não mantinha os livros obrigatórios de registro de imóveis no cartório e não informava a CGJ e o INSS a respeito da alienação onerosa de imóveis rurais, na região dos Atins.

Sobre o registrador pesam mais acusações, a exemplo de cancelar escrituras públicas sob investigação administrativa. A tabeliã da serventia extrajudicial de Anajatuba, Alice Ribeiro Brito, passou a responder pelo cartório de Barreirinhas.

Guerreiro Júnior afastou em abril a titular e o substituto do cartório de Timbiras. A decisão veio após a PF apreender cerca de 1.400 documentos fraudados na serventia extrajudicial, a maioria registros de nascimento.

Havia a suspeita de que pessoas inexistentes "movimentavam" falsas aposentadorias e a emissão de títulos de eleitor. Nos livros submetidos à perícia havia registros e número de páginas adulterados, enxertos de páginas e caligrafia divergente. A titular do cartório de Igarapé Grande, Gabriela Dias Caminha, responderá pela serventia enquanto os titulares estiverem suspensos.

 **O novo escândalo de falsificação de registros em cartório do Maranhão deve atingir em cheio, um deputado federal reeleito.**
&&&

COMPLICAÇÕES PARA UM JUIZ

O juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro terá dificuldades para digerir o pepino que está à sua frente. Maria Antonia de Sousa Coelho, a Maria do Lili, está sendo processada, depois que acusou o juiz de vender-lhe remédios que o próprio magistrado havia apreendido em uma das farmácias de sua propriedade. Maria do Lili é proprietária de três farmácias - "Salva Vidas", em Gonçalves Dias (termo de Dom Pedro), e "Salva Vidas 2" e "Farmabem" em Dom Pedro. Maria do Lili - presa pelo juiz sob a acusação de vender irregularmente medicamentos psicotrópicos - afirmou que o medicamento apreendido pelo magistrado foi vendido para outras farmácias e um lote foi oferecido a denunciante, por meio do ex-oficial de Justiça João Ramos Ribeiro. Ou o juiz prova que Maria do Lili está mentindo ou dará com os burros n'água.

DENÚNCIA EM SÃO BENEDITO

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212 km de São Luis), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008. O prefeito foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente.

CORREGEDORIA

Quatro titulares de cartórios foram afastados este ano

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, afastou este ano os titulares dos cartórios de Barreirinhas, Timbiras, Brejo e Anapurus, após constatadas irregularidades graves nas quatro serventias extrajudiciais durante correição.

A adulteração de registros civis para obter aposentadorias junto ao INSS e para vantagens eleitorais e registros imobiliários falsos puxam a lista das fraudes cartorárias no estado. Os registradores afastados das funções figuram em vários desses ilícitos.

O titular do cartório de Montes Altos seguiu idêntico caminho e também vai responder a Processo Administrativo Disciplinar. Em correição naquele cartório, em outubro, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) descobriu registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pe-

los registros lançados.

Diante dos fatos, a juíza titular da comarca, Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré, requereu inspeção minuciosa na serventia extrajudicial.

Mais afastamentos

O corregedor autorizou correição extraordinária na serventia e decidiu estender a operação a dezenas de cartórios. A relação de locais a ser vistoriados está sob sigilo. "Provavelmente, outros registradores serão afastados. Caso necessário, vou determinar correições a número bem maior de serventias", admite.

Para garantir a segurança dos técnicos da CGJ e o sucesso das ações, ele pediu à Polícia Federal que acompanhe as investigações. Os técnicos estão autorizados a verificar e apreender livros e documentos cartorários suspeitos. A PF e a Corregedoria firmaram parceria no início de março para apurar fraudes cartorárias no estado.

05

TJ apresenta à AL mensagens de projetos

GERAL

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, apresentou, ontem, 23, ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Tavares, mensagens dos projetos de lei referentes à criação.



PODER JUDICIÁRIO

TJ apresenta à AL mensagens de projetos

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, apresentou, ontem, 23, ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Tavares, mensagens dos projetos de lei referentes à criação, extinção de cargos e estabelecimento de critérios para gratificações; e projeto que dispõe sobre o reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e de cargo comissionado do Poder Judiciário Estadual. Os textos dos anteprojetos foram aprovados durante a sessão administrativa do Pleno, na última quarta.

Foram entregues, também, projeto de Lei Complementar que institui a gratificação de direção de Fórum aos magistrados estaduais que exercerem funções administrativas na condição de juízes diretores de fóruns; além de projeto que autoriza o Judiciário instituir a Fundação Pública da Cidadania e Justiça.

Ao receber os documentos, Marcelo Tavares disse que as mensagens serão publicadas, encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça para elaboração do parecer e votação no plenário. "O Legislativo tem todo o inte-

resse em dar um tratamento célere às propostas encaminhadas pelo Judiciário", informou. Acompanham o presidente do TJ, os juízes auxiliares da presidência, Sonia Amaral e Raimundo Bógea.

Dentre os projetos apresentados, há a proposta de criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA. O Tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O projeto também altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o Tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

O Judiciário também disporá, por meio de resolução, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servido-

res. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Quanto ao reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados, de acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3% (três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.



Marcelo Tavares recebe as mensagens

Prédio na Rua do Sol deverá ser restaurado em 90 dias

Um imóvel situado à Rua do Sol, esquina com a Santaninha, tombado pelo patrimônio histórico arquitetônico e paisagístico do Centro Urbano de São Luís deve ser restaurado em 90 dias para ficar com suas características originais. É o que decidiu unanimemente os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reunidos para julgamentos na manhã de ontem, 23.

No ano de 1998, durante uma investigação, a Promotoria de Justiça especializada em Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís constatou que no prédio funcionava um estacionamento. Por essa razão, ajuizou no judiciário uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra a A.O. Gaspar e Cia Indústria e Comércio (proprietária do imóvel), o Estado do Maranhão e ainda contra o Município de São Luís.

Em maio de 2009, o juiz Raimundo Nonato

Neris Ferreira (5ª Vara da Fazenda Pública) condenou a empresa A.O. Gaspar e Cia Indústria e Comércio, proprietária do imóvel, o Estado do Maranhão e o Município de São Luís, juntos, a restaurarem as condições originais do prédio num prazo de 90 dias e multa de 5 mil reais por dia de atraso no cumprimento da ordem.

O Estado recorreu da sentença, alegando que o Poder Judiciário não pode interferir nas decisões que dependem de orçamento próprio e de licitação pública para serem executadas. Já a Gaspar relatou não possuir recursos financeiros para proceder à restauração.

O desembargador relator Raimundo Cutrim aceitou os motivos apresentados pelo Estado, ressaltando que a Justiça, no intuito de preservar a independência dos poderes, não pode dispor sobre ações políticas quando estas medidas forem administrativas. Dessa forma, desobrigou os governos estaduais e municipais de dar início à obra.

Já em relação à Gaspar, Cutrim manteve a condenação, de acordo com o parecer ministerial, que destacava o desinteresse da empresa em ao menos relatar às autoridades a possibilidade de danos que poderiam ocorrer ao local devido ao abandono e à falta de conservação do mesmo.

Para o MPE, todos os 3 foram responsáveis pela deteriorização e descaracterização do patrimônio, cada um por um item próprio: a empresa por não preservar o bem e não comunicar este fato ao Estado e Município; O Estado por tomar e não ter o registro do imóvel e o Município, por tomar conhecimento da situação e não agir.

Um magistrado do Brasil

CARLOS MAGNO GALVÃO CARVALHO

Para quem tem acompanhado, pelo menos em parte, o desenrolar da campanha para sucessão da AMB e as notícias relacionadas ao desempenho dos dois candidatos nos debates promovidos nos mais diversos pontos do país, com absoluta certeza terá chegado à conclusão sobre quem é o mais preparado para dirigir a maior associação de magistrados do mundo.

É voz corrente no Brasil de que em todas as oportunidades nas quais foram discutidas as mais diversas e importantes questões relacionadas aos interesses da magistratura nacional, ficou extenuado de dúvidas sobre o quanto o juiz Gervásio se encontra preparado para dirigir os destinos da nossa instituição.

Desde o início da campanha, o Gervásio sempre teve nítida consciência de que mesmo dispondo de condições intelectuais à altura de enfrentar todos os grandes temas postos em discussão, quando, aliás, pôde mostrar ao País inteiro o seu nível de conhecimento, e que mesmo com a demonstração da sua capacidade como administrador, cujas obras realizadas na sua administração mereceram o maior reconhecimento de quantos tiveram a oportunidade de conhecê-las, ainda assim, teria que enfrentar toda sorte de dificuldades de uma campanha que abrange um país de dimensão continental com o nosso.

Entre tantas, ser oriundo de uma região que em termos percentuais de eleitores é sabidamente inferior a outros Estados, como é o caso do Estado de São Paulo, que, aliás, é o de origem do candidato concorrente, aliado, evidentemente, aos poucos recursos disponíveis, ínfimos, portanto, se comparados com o poderio econômico demonstrado pelo seu adversário.

Não bastassem esses fatores, o outro candidato, detentor de uma fabulosa estrutura de campanha,

colocou todos os recursos disponíveis para, da forma mais reprovável e mesquinha, tentar criar fatos negativos contra o candidato da chapa AMBCOM-VOCE, numa clara demonstração de desespero, confirmando o que, aliás, todos já sabiam, sobre a sua falta de compromisso com a verdade, o que evidencia o quanto ele não está preparado para representar a classe de juízes de todo país.

A campanha do Gervásio, todos somos testemunhas, vem sendo sustentada pela doação dos seus colegas magistrados e alguns simpatizantes, que o conhecem não somente pela sua alta capacidade de administração, como o seu equilíbrio, educação e seriedade com a coisa pública.

Votar em Gervásio é ter a certeza de uma AMB combativa, diligente, respeitada e absolutamente preparada para enfrentar os grandes desafios que o momento exige, pois foi com essa disposição que ele enfrentou todas as questões que envolveram os interesses dos magistrados do Maranhão, com persistência e obstinação, sem, contudo, jamais perder o equilíbrio nem a disposição de luta.

Os juízes maranhenses estão juntos nesta luta que é de toda a magistratura nacional, pois a vitória de Gervásio, que está muito próxima, representa, além da aspiração de toda categoria, de forma particular, a conquista de um espaço muito importante a nível nacional, de um conterrâneo, que a despeito de todas as dificuldades, soube conquistar o seu espaço, fazer-se respeitar, por isso, angariar prestígio, ao ponto de viabilizar o seu nome para tão importante cargo.

Portanto, a eleição de Gervásio para a presidência da AMB não representa, para nós, apenas a conquista de um cargo, que por si só, tem um expressivo significado, mas, também, pelo fato da inscrição do seu nome nos anais da instituição, como o primeiro maranhense a ser eleito para dirigir os destinos de todos os magistrados brasileiros. Este é um fato de suma importância. Todos estamos certos disso.

.....
Magistrado aposentado e advogado

Um dos itens da charada sobre o controle da mídia ou da imprensa brasileira que o governo federal está colocando em prática, é fazer com que a sociedade acredite que são os próprios jornalistas, por meio de suas entidades e representações, é que estão pedindo para que sejam criados os instrumentos de censura e fiscalização.

Tem sido assim o jeito do general gorilão da Venezuela ir aplicando, bem devagar, os projetos de censura e controle sobre os meios de comunicação de lá. Metade ou mais da metade da população da Venezuela apóia Chavez porque ele fez a mesma coisa com a classe pobre, camponeses e analfabetos: distribuiu dinheiro e bolsas de alimentação. Hoje tem a Suprema Corte às suas ordens e comanda o Congresso Nacional. Aqui no Brasil as coisas estão sendo imitadas.

Nessa Audiência Pública presidida pelo deputado estadual Rubens Pereira Jr, do PCdoB, para avaliar a criação desse Conselho Estadual de Comunicação, as demais entidades convidadas que estão contra, não compareceram. Sozinho, então, ficou o Sindicato dos Jornalistas, representado por este repórter. Não se pode confiar nessa gente que está à frente do nosso país. O pior é que se vislumbra e terá continuidade o mesmo processo com o próximo governo.

Quando os jornalistas quiseram criar o seu Conselho Nacional, com projeto de iniciativa do atual governo federal, o Congresso Nacional foi bombardeado e o nosso operário-presidente foi obrigado a retirá-lo. Foi o próprio Lula quem mandou anunciar, em 1999, pelo então assessor de imprensa da presidência da República, jornalista Ricardo Kostcho, no Congresso Nacional dos Jornalistas, na Paraíba, o atendimento do pleito. Não houve nem discussão do projeto. Foi considerado embaraço "à liberdade de expressão".

Por que agora criar Conselhos Estaduais de Comunicação para ser "órgão consultivo e fiscalizador" em benefício da imprensa livre? Da parte do judiciário superior, no caso o Supremo Tribunal Federal, o simples formar jornalistas para o exercício da profissão, depois de mais de 70 anos de existência da regulamentação, foi sentenciado lá como estorvo e agressão "a livre manifestação de pensamento". Forme-se, no Brasil, bandidos e corruptos profissionais, mas, formar jornalistas para atuar profissionalmente na imprensa, não pode!

É tão notado e acompanhado esse processo venezuelano de ataque ao nosso sistema, que o atual presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos Jr destacou em recente entrevista pela sua campanha para a Associação Brasileira da Magistratura, isto aí: "os passos dados pelo general Hugo Chavez quebraram a democracia naquele país, surpreendendo o judiciário e o legislativo".

Cartórios de Barreirinhas, Timbiras e Montes Altos investigados pela PF

Polícia Federal, com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça, investiga fraudes e irregularidades cartorárias em certidões de nascimento para a requisição de títulos eleitorais, benefícios previdenciários junto ao INSS e contratos imobiliários falsos

Itevaldo Júnior
Repórter Especial

Dos cinco cartórios que tiveram os titulares afastados pelo Judiciário estadual, a Polícia Federal (PF) investiga três deles: Barreirinhas, Timbiras e Montes Altos. Além dessas serventias, a PF investiga o cartório do ofício único de Santa Rita e a Central da Justiça (antiga Central de Registros) em São Luís.

O Estado apurou que há cerca de 25 cartórios sob a mira da Polícia Federal e da Corregedoria Geral de Justiça, que há oito meses apura irregularidades e fraudes cartorárias no Maranhão. Tanto o superintendente da PF, Fernando Segóvia, quanto o corregedor de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, mantêm o caso sob sigilo.

Fraudes em certidões de nascimento para requisição de títulos eleitorais, benefícios previdenciários junto ao INSS e registros e contratos imobiliários falsos são as irregularidades mais comuns encontradas nos

cartórios no estado.

Já foram afastados neste ano os cartorários de Barreirinhas, Timbiras, Montes Altos, Brejo e Anapurus, estes dois últimos na semana passada. Segundo o corregedor Guerreiro Júnior, foram encontradas irregularidades graves nessas serventias.

“É cedo para conjecturas. Não posso determinar a extensão da fraude, há quanto tempo perdura e os prováveis implicados. É a Polícia Federal quem vai responder a essas questões. Vamos aguardar a apuração dos federais”, afirmou Guerreiro Júnior.

A Polícia Federal chegou primeiro em Barreirinhas, seguiu de lá para Timbiras, depois Santa Rita, São Luís e Montes Altos. A juíza da Comarca de Montes Altos, Ana Lucrecia Reis, requereu à Corregedoria de Justiça uma inspeção minuciosa na serventia extrajudicial.

O desembargador Guerreiro Júnior atendeu ao pedido da magistrada como também estendeu a correição a dezenas de cartórios. Mas antes o correge-

dor pediu à PF que acompanhe as investigações.

“Caso necessário, vou determinar correições a número bem maior de serventias. Provavelmente, outros registradores serão afastados. Já pedi à PF que faça as investigações”, contou o corregedor. Dados da Corregedoria revelam que há 237 serventias extrajudiciais instaladas no Maranhão.

Irregularidades - O titular do cartório de Montes Altos, Antônio Gomes de Souza Neto, foi afastado depois que foram descobertos registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros

sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. O Ministério Público Estadual foi oficiado dos fatos.

Em relação ao registro civil, havia lançamentos de crianças com até 1 ano de idade sem o devido número da declaração de nascido vivo emitido pela unidade de saúde. Os livros de registro de óbitos apresentavam irregularidades, como lavratura de óbito fora do prazo e sem a devida autorização judicial.

Na serventia extrajudicial de 1º Ofício de Barreirinhas, a auditoria em livros revelou que o serventário não completava os atos notariais, não mantinha os livros

Flora Dolores



obrigatórios de registro de imóveis no cartório e não informava a CGJ e o INSS a respeito da alienação onerosa de imóveis rurais na região dos Atins.

Sobre o registrador pesam mais acusações, como cancelar escrituras públicas sob investigação administrativa. A tabeliã da serventia extrajudicial de Anajatuba, Alice Ribeiro Brito, passou a responder pelo cartório de Barreirinhas.

Em Santa Rita, a corregedoria detectou fraude em certidão e contratos imobiliários apresentados ao cartório do Ofício Único de Santa Rita. Os selos apostos na certidão foram emitidos em feve-

Biné Moraes



reiro deste ano, quando começaram a ser usados pelo Fundo Especial de Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), enquanto o documento é datado de 16 de dezembro de 2009.

Em contrato de venda do imóvel constam selos de reconhecimento de firma – deveriam ser de atos gerais – e com procedência no cartório do 4º Ofício de Notas de São Luís.

Mais

Guerreiro Júnior afastou em abril a titular e o substituto do cartório de Timbiras. A decisão veio após a PF apreender cerca de 1.400 documentos fraudados na serventia extrajudicial, a maioria registros de nascimento.

Fernando Segóvia e Guerreiro Júnior mantêm as investigações

Projetos para modernizar o Judiciário entregues na AL

Jamil Gedeon entregou a Marcelo Tavares quatro anteprojetos de lei que vão modificar o funcionamento e os salários do Tribunal de Justiça do Maranhão

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, reuniu-se ontem com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcelo Tavares (PSB), para encaminhar quatro mensagens com anteprojetos de lei do Judiciário. Além da criação da Fundação da Cidadania e Justiça, de alterações no Código de Divisão e Alteração Judiciárias, os projetos reajustam salários de servidores do TJ, extinguem e criam cargos no quadro efetivo do Poder Judiciário maranhense.

Recebido pelo chefe do Poder Legislativo, Jamil Gedeon explicou que as mensagens visam garantir a seqüência de modernização ora em andamento no Poder Judiciário.

Na mensagem nº 06/2010, o

Judiciário propõe reajuste salarial de 3% para os ocupantes de cargos comissionados e 4,33% para as funções gratificadas e para os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça da Infância e da Juventude. Os técnicos judiciários e auxiliares judiciários, pela proposta, terão reajuste de 5%. "Pelo fato de os servidores do Judiciário também serem agentes civis e, igualmente, sofrerem em seus vencimentos os efeitos da inflação, é dever de justiça que se conceda o reajuste em pauta", justifica o presidente do TJ.

Em outra mensagem, o Judiciário propõe a extinção e a criação de cargos, além da mudança de nomenclatura de alguns postos e a reclassificação de funções gratificadas em cargos

de comissão e vice-versa.

Na mensagem 04/2010, é proposta a alteração de artigos do Código do Judiciário, que implanta, entre outras coisas, gratificação mensal ao magistrado em função de diretor de fórum.

A quarta mensagem encaminhada por Jamil Gedeon propõe a criação da Fundação de Cidadania e Justiça. Nela, o desembargador justifica que a criação da fundação vai acabar com a limitação do Judiciário no âmbito das questões sociais e "assistenciais de amparo aos segmentos mais desprotegidos da sociedade".

Divulgação



Jamil Gedeon entrega projetos a Marcelo Tavares, na Assembléia

TJ instala a Comarca de Olinda Nova do Maranhão

Nova comarca recebeu 409 processos: 237 cíveis, 97 criminais e 75 de juizado especial

OLINDA NOVA DO MARANHÃO - O Poder Judiciário instalou, sexta-feira (19), a Comarca de Olinda Nova do Maranhão, que era termo judiciário de Matinha e foi desmembrada, passando a dispor da presença de um juiz de direito para solucionar os conflitos locais entre seus moradores.

Esta semana, o Tribunal de Justiça (TJ) publicará o edital que resultará na escolha do juiz que responderá pela nova jurisdição.

Os serviços judiciários funcionarão no Fórum Astolfo Henrique de Barros Serra, na Praça Benício Costa, s/nº. Centro, em um prédio novo, com 2.500m² de área, considerado um dos melhores da Baixada Maranhense, dispondo de salão de júri e residência de magistrado anexos.

Entre outras dependências, o fórum tem estacionamento, salas para juiz, assessores, oficiais de Justiça e para os membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público.

O prédio recebeu o nome do escritor matinhense que foi ministro do Tribunal Superior do Trabalho e governador interventor (Astolfo Serra). A edificação foi construída em 2009, com recursos do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judi-



Autoridades do Judiciário e do Executivo descerram placa em Comarca

ciário, na gestão passada.

A diretora do fórum da Comarca de Matinha, juíza Edilza Barros, responderá temporariamente pela nova comarca, que recebeu 409 processos, sendo 237 cíveis, 97 criminais e 75 de juizado especial. Com a mudança, a expectativa é de que esses processos deverão ser agilizados e solucionados em menor prazo.

“Agora os comarcãos de Olinda Nova e povoados poderão dar entrada em suas ações e dispor dos serviços da Justiça de forma direta, em sua própria cidade. Com isso, acredito que a quantidade de processos deve aumentar”, ressaltou a juíza.

Antes da instalação da comarca, os moradores de Olinda Nova precisavam percorrer 14 quilômetros até a antiga sede, Matinha, para ter acesso aos serviços judiciários. O municí-

pio conta hoje, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2009), com 12.680 habitantes.

Empenho - O presidente do TJ, Jamil Gedeon, destacou que tanto a construção do fórum quanto a instalação da comarca foram resultantes do empenho do desembargador Raimundo Cutrim no Tribunal de Justiça, durante e depois do exercício de sua gestão (2008-2009), que não mediu esforços para ver realizado esse projeto. O fórum foi construído em dezembro de 2009.

A prefeita do município, Conceição de Maria Campos, ressaltou que o estabelecimento de uma comarca no município representa a aproximação da Justiça com o cidadão, a promoção da paz e a solução imediata dos conflitos daqueles que buscam o Judiciário.

Governo vai garantir segurança em fóruns

Parceria com o Poder Judiciário foi discutida ontem pela governadora Roseana Sarney e pelo presidente do Tribunal de Justiça, em audiência no Palácio dos Leões

O Governo do Estado firmará convênio com o Poder Judiciário do Maranhão para que policiais militares reformados possam fazer a segurança nos fóruns de Justiça, de São Luís e do interior do estado. A parceria foi discutida ontem durante audiência, no Palácio dos Leões, em que a governadora Roseana Sarney recebeu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon.

Na reunião, também estiveram presentes a vice-presidente do tribunal, desembargadora Cleonice Freire; o corregedor-geral da instituição, desembargador Guerreiro Júnior, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes, e de Planejamento, Fábio Gondim.

Conforme explicou Aluísio Mendes ao final da audiência, o Governo firmará convênio para aproveitamento de policiais recém-reformados que serão requalificados e treinados com a finalidade de guardar os fóruns de Justiça no Maranhão.

"A governadora Roseana achou a idéia muito positiva e determinou celeridade no projeto. Esperamos que na semana que vem a minuta já esteja pronta. A assinatura do convênio deve ocorrer no final deste mês", disse Aluísio Mendes.

Custos - O presidente do TJ, Jamil Gedeon, afirmou que o convênio prevê que o pagamento do policial reformado será de 50% do soldo atual, dividindo os custos entre o Judiciário e o

Executivo.

"A segurança é uma medida urgente, sob pena de novas invasões, além do desrespeito da autoridade judicial na Comarca. A governadora Roseana foi muito sensível à nossa solicitação e na semana que vem deveremos celebrar o convênio", disse o desembargador Jamil Gedeon.



Jamil Gedeon conversa com Roseana na presença de Guerreiro Júnior, Cleonice Freire e Aluísio Mendes

Novos fóruns

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, desembarca hoje em Imperatriz e cumpre agenda do Judiciário na região sul maranhense. Pela manhã, ele inaugura o prédio com as novas instalações do fórum da comarca de Carolina. À tarde, Jamil entrega à população de Estreito a nova sede do fórum daquela comarca.

Prédio tombado deve ser restaurado

Um imóvel situado na Rua do Sol, esquina com a Santaninha, tombado pelo Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Centro Urbano de São Luís, deve ser restaurado em 90 dias para ficar com suas características originais. É o que foi decidido por unanimidade pelos desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) reunidos para julgamentos na manhã de ontem, dia 23.

Em 1998, durante uma investigação, a Promotoria de Justiça especializada em Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís constatou que no prédio funcionava um estacionamento. Por essa razão, ajuizou no Judiciário uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra a A.O. Gaspar e Cia Indústria e Comércio (proprietária do imóvel), o Estado do Maranhão e ainda contra o Município de São Luís.

Em maio de 2009, o juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira (5ª Vara da Fazenda Pública) condenou a empresa A.O. Gaspar e Cia Indústria e Comércio, proprietária do imóvel, o Estado do Mara-

nhão e o Município de São Luís, juntos, a restaurarem as condições originais do prédio em um prazo de 90 dias e multa de R\$ 5 mil por dia de atraso no cumprimento da ordem.

O Estado recorreu da sentença, afirmando que o Poder Judiciário não pode interferir nas decisões que dependem de orçamento próprio e de licitação pública para serem executadas. A Gaspar informou não ter recursos financeiros para proceder a restauração.

O desembargador relator Raimundo Cutrim aceitou os motivos apresentados pelo Estado, ressaltando que a Justiça, no intuito de preservar a independência dos poderes, não pode dispor sobre ações políticas quando estas medidas forem administrativas. Dessa forma, desobrigou os governos estaduais e municipais de dar início à obra. Já em relação à Gaspar, Cutrim manteve a condenação, de acordo com o parecer ministerial.

Uema escolhe hoje 3 nomes para a reitoria

Sete candidatos disputam as três vagas de lista a ser analisada pela governadora Roseana Sarney. **Geral 5**

Eleição para reitor mobiliza hoje a Universidade Estadual do Maranhão

Sete candidatos disputam o cargo de reitor e os mais votados integrarão a lista triplíce que será encaminhada à governadora Roseana Sarney; o atual reitor da instituição, José Augusto Oliveira, conseguiu liminar que lhe garante concorrer à reeleição

Carla Lima

Da editoria de Política

Acontece hoje, das 9h às 21h, a eleição para composição da lista triplíce de candidatos que disputam a reitoria da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Sete professores disputam 32 mil votos de servidores, professores e alunos. Ontem, véspera do pleito, o clima de disputa no campus da universidade em São Luís era de tranquilidade com ausência da maior parte dos candidatos.

Estão na disputa do cargo - quadriênio 2011/2014 da Uema - o atual reitor, José Augusto Oliveira, e os professores Hamilton Almeida, Iva Souza, José Teixeira, Henrique Mariano, José Gomes e José Bello Salgado Neto. Os três nomes mais votados integrarão a lista que será encaminhada à governadora Roseana Sarney para a escolha do próximo gestor da universidade.

A reestrutura da parte física da universidade e a descentralização da administração são algumas propostas comuns dos candidatos. O professor do curso de Engenharia Civil e atual pró-reitor de Administração da Uema, José Bello Salgado Neto, por exemplo, anuncia a criação de um plano di-

retor dos *campi* no Estado como prioridade de sua administração. "Temos uma precária estrutura em alguns *campi* do interior. Precisamos buscar investimentos e planejar ações que desenvolvam o ensino nesses locais, assim como em todos os demais *campi* da Uema", disse Salgado Neto.

O candidato José Gomes, professor do curso de Veterinária, aponta o fortalecimento dos cursos de graduação da universidade como o carro-chefe de sua campanha. "Fortalecer a graduação aliado à pesquisa e extensão é nossa proposta principal. Acreditamos que somente assim poderemos formar profissionais competentes e com qualidades para o Maranhão", disse o candidato.

A professora Iva Silva, única mulher candidata ao cargo de reitor, defende a autonomia e descentralização administrativa da universidade, além da melhoria no transporte para os estudantes da Uema e investimentos que fortaleçam a segurança nos *campi* de todo o estado.

Para o docente do curso de Agronomia, Hamilton Almeida, uma administração competente deve começar com mudanças no estatuto e no regimento interno da Uema. Ele também defende a criação de uma pró-reitoria de interiorização, que possibilitaria a descentralização administrativa.

"Com a criação de uma pró-reitoria de interiorização poderíamos facilitar questões administrativas nos *campi* do interior", acredita Almeida.

Por sua vez, o professor José Teixeira, o Juca, defende a autonomia universitária e a descentralização. Já o atual reitor da universidade, José Augusto Oliveira, acredita que sendo reconduzido ao cargo poderá continuar o trabalho que está sendo desenvolvido nos últimos quatro anos. "Queremos prosseguir com o nosso trabalho, que não foi possível concluí-lo em apenas quatro anos", disse José Augusto.

O professor Henrique Mariano propõe a descentralização administrativa, o reforço na infra-estrutura - tanto física quanto de pessoal - e a construção de novos prédios na Uema.

Campanha - Ontem, último dia de campanha, o campus Paulo VI da Uema, em São Luís, não demonstrava que hoje teria uma eleição concorrida para a composição da lista tríplice para escolha do próximo reitor da instituição. O candidato Hamilton Almeida distribuía panfletos e falava de suas propostas. Os demais foram ao interior do estado ou estavam em compromissos com professores e técnicos administrativos na Uema.

A previsão é que a comunidade acadêmica compareça em grande número às urnas espalhadas pelos *campi* da Uema durante todo o dia de hoje. A votação abrange os três turnos: começando às 9h e terminando às 21h. A apuração dos votos terá início logo após o término do pleito.

A expectativa é que até a meia-noite 90% das cédulas tenham sido contabilizadas e logo no início da madrugada seja determinado o Índice de Preferência do Candidato na Comunidade (IPCC), que é uma média ponderada dos votos de acordo com o peso de cada um. O professor tem peso de 70%, alunos e servidores de 15% cada.

Candidatura contestada na Justiça

Um imbróglio judicial está marcando a disputa na Uema. O atual reitor, José Augusto Oliveira, que concorre à reeleição, está sendo contestado judicialmente pelos candidatos Henrique Mariano e Hamilton Almeida. Os dois professores alegam que, ao disputar essa eleição, o atual reitor estaria tentando o seu terceiro mandato consecutivo, o que é proibido pelo regimento interno da universidade.

José Augusto Oliveira alega que está no término do seu primeiro mandato, já que em 2002 foi eleito como vice-reitor da instituição apesar de ter assumido em 2005 quando o então reitor, Waldir Maranhão, deixou o cargo para disputar uma vaga na Câmara Federal.

O Conselho Superior da Uema (Consun) decidiu que José Augusto está no término de seu primeiro mandato e, por isso, pode disputar a eleição deste

ano. Os professores Hamilton Almeida e Henrique Mariano entraram com mandato de segurança com pedido de liminar na 1ª Vara de Fazenda Pública. A juíza Luiza Napunocena decidiu indeferir a candidatura de José Augusto.

Mandado - Ontem, a defesa do atual reitor da universidade entrou com mandato de segurança no Tribunal de Justiça e a desembargadora Nelma Sarney decidiu cassar a liminar da juíza de primeiro grau.

Os advogados dos professores Hamilton Almeida e Henrique Mariano deram entrada ontem mesmo em um agravo regimental no Tribunal de Justiça pedindo a reconsideração da decisão da desembargadora Nelma Sarney com a alegação de que a magistrada pode ser considerada suspeita no julgamento por ser professora da Uema. O recurso foi encaminhado à desembargadora Maria da Graça Mendes, que ainda hoje pode dar decisão sobre o caso.

Candidatos

Biaman Prado



1

Douglas Júnior



2

Flora Dolores



3

Divulgação



4

De Jesus



5

De Jesus



6

Biné Moraes



7

1 - José Augusto Silva Oliveira
Professor de Agronomia e atual reitor.

2 - Henrique Mariano Costa do Amaral
Professor mestre do Departamento de Engenharia Mecânica e Produção do CCT

3 - Hamilton Jesus S. Almeida
Professor do CCA doutor em Agronomia

4 - Iva Souza da Silva
Professora doutoranda do Departamento de Educação e Filosofia do Cecen

5 - José Bello Salgado Neto
Professor doutorando do Departamento de Expressões Gráficas e Transportes do CCT

6 - José Gomes Pereira
Professor doutor do Departamento de Patologia do Curso de Veterinária

7 - Joaquim Teixeira Lopes
Doutorando do Dep. de Física do CCT.

Respostas rápidas

Palco, nas últimas semanas, de algumas notícias trágicas no insano e preocupante campo da violência e que direcionaram holofotes para o Sistema estadual de Segurança Pública, o Maranhão está reagindo. A ordem é não deixar sem resposta todo e qualquer crime que lhe chegue ao conhecimento – como o assassinato de 18 detentos durante um motim no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e o estúpido assassinato do padre Bernardo Muniz, em Humberto de Campos. Nos últimos dias, as autoridades da área de Segurança estão respondendo à altura às provocações que a bandidagem lhes dirige.

Ontem, por exemplo, 2.437 armas foram destruídas na Passarela do Samba, em ato público e formal promovido pelo 24º Batalhão de Caçadores Barão de Caxias. Foi o maior número de armas apreendidas na história do Maranhão. Somente para efeito comparativo, o volume de armas destruídas ontem foi 62% maior que a quantidade apreendida no ano passado e quase 70% superior ao recolhido no ano anterior.

Esse grande volume de armas apreendidas foi fruto de ações realizadas pelas Polícias Federal, Civil e Militar. Entre os equipamentos destruídos, estavam metralhadoras, espingardas, armas caseiras, fuzis, revólveres de calibres variados, pistolas e carabinas. Uma ação que, sem dúvida, ajudará a diminuir a criminalidade em São Luís, pelo grande volume de armas que foram tiradas de circulação da capital maranhense.

Já na segunda-feira, após uma parceria

As autoridades da área de Segurança estão respondendo à altura às provocações que a bandidagem lhes dirige

entre as Polícias Cíveis e Militar, seis índios Guajajara e um branco que estavam homiziados na reserva Canabrava, no município de Jenipapo dos Vieiras, durante a “Operação Barra Limpa”. Foram expedidos pela Justiça Estadual 34 mandados de

prisão, mas apenas sete foram cumpridos. Ao todo, 50 policiais trabalharam nessa operação, sendo 30 da Força Nacional, 15 da Polícia Federal, um policial civil, e quatro policiais militares do Batalhão

de Barra do Corda.

Com a prisão destes indígenas, que são acusados desde estupro, roubo, tráfico de drogas e até homicídios qualificados, o setor de segurança pública, tanto estadual, quanto federal, deu uma contribuição decisiva para frear o aumento da criminalidade indígena na região. Um problema que, inclusive, já foi denunciado por O Estado há aproximadamente duas semanas.

Em comum, essas ações demonstram que quando as várias instâncias da estrutura policial e de poder trabalham de forma integrada, ajudam a dar grandes resultados no combate à criminalidade. Principalmente nos últimos anos, quando os crimes estão cada vez mais complexos e os criminosos acham formas de atuação cada vez mais audaciosas.

É lógico que essas ações de grande envergadura, mas pontuais, e não podem ser tomadas apenas como exceções, ou como respostas midiáticas para problemas que há muito tempo vem incomodando a sociedade. Na realidade, é necessário que essas ações integradas sejam cada vez mais frequentes. Sempre visando ao bem comum. E é isso que se espera daqui para frente.

O HOTEL Premier será palco, de hoje até sexta-feira, do I Encontro de Psicólogos e Assistentes Sociais do Judiciário Maranhense, promovido pela Escola Superior da Magistratura, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

FUNDAÇÃO DA CIDADANIA E JUSTIÇA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil de Miranda Gedeon Neto, visitou na manhã desta terça-feira (23), o presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Tavares (PSB), trazendo várias mensagens do interesse do Poder Judiciário.

Dentre aquelas mensagens, destaca-se a de número 03/2010 que prevê a instituição da Fundação da Cidadania e Justiça.

Na mensagem Jamil, justifica plenamente, a instituição

daquele órgão. Diz Jamil: "O presente Projeto de Lei objetiva promover a cidadania, subsidiando o Tribunal de Justiça na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e de crianças e adolescentes em situação de risco, inclusive com objetivos de adoção, bem como nos demais projetos sociais".



O



DA QUESTÃO

Emanuel Viana

INSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Insisto, persisto e não desisto!

A gente cansa... mas fala, escreve para que no futuro não se diga que havia insatisfação sobre o tema.

Judiciário no Brasil. Tem leis constitucionais, leis orgânicas, tem reza e credo. Tem orçamento próprio, tem privilégios, prerrogativas, direitos e até forma de tratamento diferenciada do cidadão comum, aquele que paga o seu salário/vencimentos (deles). E o que fazem?

Criou-se uma figura de Conselho Nacional de Justiça, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil. Não tem um cidadão comum, brasileiro, participando. Faz o quê? Mete os pés pelas mãos, obriga o uso do computador em um País que somente 20% da população tem e menos disso tem acesso à *Internet*. Institui uma tal meta que os Tribunais não obedecem e, nem tampouco, os juízes.

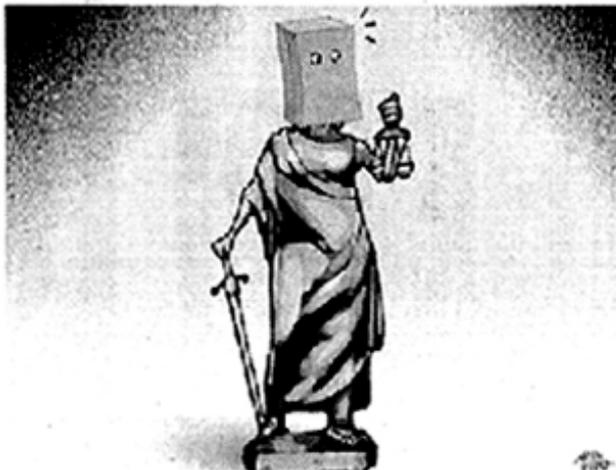
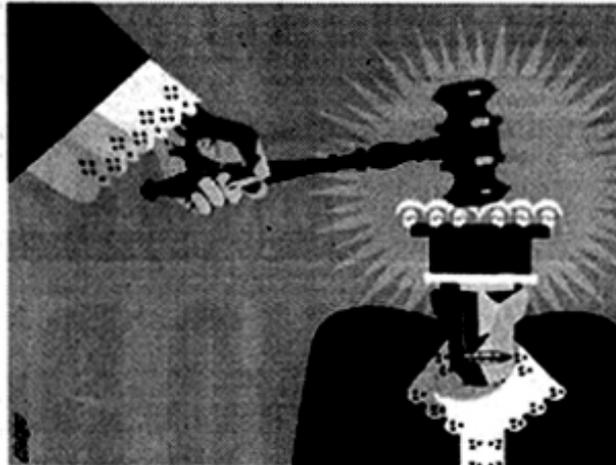
Não vou falar da reforma que se faz necessária, acabando com prerrogativas absurdas que foram importantes em épocas outras, hoje é discriminação abominável. Não quero falar que se deve acabar com a Vitaliciedade nos Tribunais Superiores, mormente o Supremo Tribunal Federal; que se deve repensar na existência da figura dos TRF e STJ, a concomitância destes órgãos; que se deve acabar com os Tribunais Militares e os Tribunais Eleitorais pela discriminação que provocam e gastos inúteis, além de cabide de empregos.

Que se deve implantar um sistema de punição à não produção, à demora, à dissídia dos juízes; que concurso para juiz só com 35 anos como era antes da Constituição de 1988 e por aí vai.

Vou me ater ao Maranhão, mormente São Luís, Justiça Comum e Justiça Especial (grande merda, quem foi o imbecil que fez esta divisão?), Tribunal, Fórum e Juizados. Por cima, em alguns aspectos, pois se fosse falar sobre isso, ficaria maior que Guerra e Paz.

Ano de 2010. Tivemos Copa do Mundo.

Vai anotando, ninguém trabalhou no período de jogos, principalmente nos dias que o Brasil jogava. Quantos dias? Vamos colocar 10 (dez) dias sem expediente.



Some correção, geralmente 30 (trinta) dias para cada Vara ou Juizado. Some mais Congressos, lançamentos de livros, Cursos da Escola de Magistratura, gripes etc... 10 (dez) dias.

Somou? 50 (cinquenta) dias sem expediente.

Some mais: 52 sábados, mais 52 domingos. Soma, até agora: 154 (cento e cinquenta e quatro) dias sem expediente.

Temos mais 13 (treze) feriados nacionais: Confraternização Universal (1/1), carnaval, cinzas, Paixão de Cristo, Páscoa, Tiradentes, Dia do Trabalho, *Corpus Christi*, Independência do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, Finados, Proclamação da República e Natal.

Tem mais os impresados/enforcados, mais ainda o dia do funcionário público e o dia da fundação da cidade de São Luís. Vamos colocar 15 (quinze) dias, somente. Some: 169 (cento e sessenta e nove) dias.

As férias dos juízes são duplicadas, ou seja, 60 (sessenta) dias, quase sempre vendem 30 (trinta) e gozam 30 (trinta). Mas, para todos os efeitos tem mais 60 (sessenta) dias a serem somados aos dias que não se trabalha, ou seja 229 (duzentos e vinte e nove dias).

Há ainda um tal de recesso, em julho e em dezembro, vou colocar mais 20 (vinte) dias, 10 para cada recesso, por generosidade. Some então e vai dar 249 dias sem trabalho.

Só?

Não... aqui em São Luís é comum o Juizado tal não funcionar em um dia da semana, por exemplo: na segunda-feira o Juizado do Sacavém/Coroadó, o expediente é interno. Nos outros, também, some então mais 52 dias sem trabalho, chegamos a 299 dias sem expediente.

O ano tem 365 dias. Total menos a soma, teremos 66 (sessenta e seis) dias de expediente. E a gente anda rogando/pedindo/implorando que o juiz, o secretário, o analista, o guarda, o oficial de justiça, façam a penhora *on line*, emita um alvará, dê uma sentença, marque uma audiência... é foda!

66 dias de trabalho, por ano!

TJ apresenta mensagens de cargos à Assembleia Legislativa

Ao receber os documentos, o deputado Marcelo Tavares disse que as mensagens serão publicadas, encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, apresentou ontem ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Tavares (PSB), mensagens dos projetos de lei referentes à criação, extinção de cargos e estabelecimento de critérios para gratificações e projeto que dispõe sobre o reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual. Os textos dos anteprojetos foram aprovados na sessão administrativa do Pleno, na quarta-feira passada.

Foram entregues também projeto de Lei Complementar que institui a gratificação de direção de Fórum aos magistrados estaduais que exercerem funções administrativas na condição de juízes diretores de fóruns, além de projeto que autoriza o Judiciário instituir a Fundação Pública da Cidadania e Justiça.

Ao receber os documentos, o deputado Marcelo Tavares disse que as mensagens serão

publicadas, encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para elaboração do parecer e votação no plenário. "O Legislativo tem todo o interesse em dar um tratamento célere às propostas encaminhadas pelo Judiciário", informou. Acompanharam o presidente do TJ-MA, os juízes auxiliares da presidência, Sonia Amaral e Raimundo Bógea.

Propostas- Dos projetos apresentados há a proposta de criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJ-MA. O Tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O projeto também altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o Tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os

cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

O Judiciário também disporá, por meio de resolução, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Quanto ao reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados, de acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3% (três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.



Presidente do TJ entrega mensagens ao presidente da AL

Prédio da Rua do Sol deve ser restaurado

O imóvel deve ser restaurado em 90 dias para ficar com suas características originais

Um imóvel situado à Rua do Sol, esquina com a Santaninha, tombado pelo patrimônio histórico arquitetônico e paisagístico do Centro Urbano de São Luís deve ser restaurado em 90 dias para ficar com suas características originais. É o que decidiu unanimemente os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reunidos para julgamentos na manhã desta terça-feira, 23.

No ano de 1998, durante uma investigação, a Promotoria de Justiça especializada em Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís constatou que no prédio funcionava um estacionamento. Por essa razão, ajuizou no judiciário uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra a A.O. Gaspar e Cia Indústria e Comércio (proprietária do imóvel), o Estado do Maranhão e ainda contra o Município de São Luís.

Em maio de 2009, o juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira (5ª Vara da Fazenda Pública) condenou a empresa A.O. Gaspar e

Cia Indústria e Comércio, proprietária do imóvel, o Estado do Maranhão e o Município de São Luís, juntos, a restaurarem as condições originais do prédio num prazo de 90 dias e multa de 5 mil reais por dia de atraso no cumprimento da ordem.

O Estado recorreu da sentença, alegando que o Poder Judiciário não pode interferir nas decisões que dependem de orçamento próprio e de licitação pública para serem executadas. Já a Gaspar relatou não possuir recursos financeiros para proceder à restauração.

RELATOR - o desembargador relator Raimundo Cutrim aceitou os motivos apresentados pelo Estado, ressaltando que a Justiça, no intuito de preservar a independência dos poderes, não pode dispor sobre ações políticas quando estas medidas forem administrativas. Dessa forma, desobrigou os governos estaduais e municipais de dar início à obra.

Já em relação à Gaspar, Cutrim manteve a condenação,

de acordo com o parecer ministerial, que destacava o desinteresse da empresa em ao menos relatar às autoridades a possibilidade de danos que poderiam ocorrer ao local devido ao abandono e à falta de conservação do mesmo.

Para o MPE, todos os 3 foram responsáveis pela deteriorização e descaracterização do patrimônio, cada um por um item próprio: a empresa por não preservar o bem e não comunicar este fato ao Estado e Município; O Estado por tombar e não ter o registro do imóvel e o Município, por tomar conhecimento da situação e não agir.

ANEL VIÁRIO

Armas são destruídas no pátio do 24º BC

O 24º Batalhão de Caçadores do Maranhão (24º BC) destruiu 2.437 armas na Passarela do Samba, no Anel Viário (Centro), durante a manhã desta terça-feira (23). As armas foram apreendidas pelas polícias Militar, Civil, Federal e demais órgãos de segurança pública, como o judiciário estadual e federal.

O comandante do 24º Batalhão BC, coronel Guedes, disse que a população estará mais segura agora com a retirada destas armas de circulação. O número obtido em 2010 supera em muito o saldo dos dois anos anteriores. Em 2008 foram 1.400 armas destruídas

e em 2009, 1.500.

"A população pode se sentir mais segura, pois existem menos armas nas ruas do nosso estado. A segurança é essencial para o desenvolvimento da nação e por isso todos nós estamos empenhados com esta missão: pacificar o estado", disse Guedes.

Dentre as armas destruídas havia fuzis, revólveres, pistolas e escopetas. A maioria das armas é proveniente do interior do estado onde foram utilizadas em assaltos a bancos e conflitos por terra. O arsenal da capital foi apreendido com traficantes de drogas e assaltantes de pequeno porte.

Justiça libera candidatura de José Augusto na Uema

A desembargadora Nelma Sarney cassou, no final da manhã de ontem, liminar da juíza Luiza Madeiro Neponucena (1ª vara da Fazenda Pública) que havia suspenso ontem a candidatura do professor José Augusto Oliveira a mais um mandato da Uema. . **(Página 03)**

UEMA

Justiça libera candidatura de José Augusto na Uema

A desembargadora Nelma Sarney cassou, no final da manhã de ontem, liminar da juíza Luiza Madeiro Neponucena (1ª vara da Fazenda Pública) que havia suspenso ontem a candidatura do professor José Augusto Oliveira a mais um mandato da Uema.

A ação na 1ª Vara foi ajuizada pelos candidatos a reitor Henrique Mariano, Joaquim Teixeira Lopes, Francisco Alexandrino de Almeida Barbosa e seu vice, Hamilton de Jesus Almeida. Eles alegavam que, de acordo com o Estatuto da Uema, o reitor só pode ser candidato a uma reeleição, fato rechaçado na decisão da desembargadora.

O atual comandante da Uema assumiu o cargo com a saída de Waldir Maranhão, em 2006, e foi reeleito em 2008. Waldir foi reeleito deputado pelo PP.

Com decisão, José Augusto pode disputar a eleição na universidade nesta quarta-feira. Ontem ele enfrentou protestos de estudantes que reclamam

principalmente da falta de infraestrutura na universidade.

Do movimento, realizado em frente ao Palácio dos Leões, participaram membros do PT ligados ao vice-governador eleito Washington Luiz, PMDB, PV DEM e PSOL. Candidata a vice na chapa de Joaquim Teixeira Lopes, a professora Célia Costa, engrossou o ato.

Apesar do protesto, um dos petistas classificou José Augusto como "menos ruim" entre todos os candidatos a reitor. (Extraído do blog do Décio)



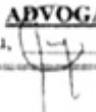


ESTADO DO MARANHÃO

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BALSAS/MARANHÃO

SEGUNDA SECRETARIA JUDICIAL

EDITAL JUDICIAL DE VENDA DE BENS

BENS: a) Fazenda São Bento, com área de 2.200,00,00 has (dois mil e duzentos hectares), na data de São Bento, neste município, apresentando seu perímetro a seguinte descrição: começamos o levantamento desta área no marco, no limite da Fazenda Angico e seguimos com o rumo 22°00 NE com distância de 5.320 metros dividindo com a área de 3.200 há, seguimos com o rumo de 74°00 NW com a distância de 2.080 metros demos outro rumo de 29°00 NW com a distância de 2.120 metros daí passa a dividir com a 3ª área que é 2.000,00 há com o rumo de 72° SW com a distância de 2.680 metros daí passa a dividir com as terras da Fazenda Angico com o rumo de 02°00 SW com 1.200 metros 14°00 SE com a distância de 1.640 metros 46°00 SE com 1.727 metros, 12°00 SE com 1.360 metros, 38°00 com 580 metros, 58°00 SE com distância de 1.070 metros, encontramos o ponto de partida e fechamos esta área com 2.200,00,00 há, e um perímetro de 19.777 metros lineares. Itinerário: partindo de Balsas/MA, seguindo pela estrada que vai ao município de Tasso Fragoso por 63 km, em seguida virar à esquerda e percorrer mais 15 km, chegando à propriedade que fica na margem esquerda da estrada, registrada sob o nº R-01 mat. 6.641, livro 2-Z, fls. 172, Cartório do 1º Ofício deste município. Solos: Textura média a arenosa, fertilidade baixa e relevo plano a levemente ondulado nas áreas aproveitáveis e onduladas a escarpado nas áreas não aproveitáveis. Aguadas: nascente do Riacho São Bento. **AVALIAÇÃO TOTAL DOS BENS:** R\$ 1.192.505,60 (um milhão cento e noventa e dois mil quinhentos e cinco reais e sessenta centavos). **ÔNUS:** Nada consta nos autos com relação aos bens, inclusive, INEXISTEM recursos pendentes de julgamento. Comissão de Leiloeiro de 0,2%, com limite máximo de R\$ 50,00, a ser pago pelo arrematante. **DATA E VALOR:** dia 01 de dezembro de 2010, às 09:00 horas, pelo maior lance acima da avaliação e dia 15 de dezembro de 2010, às 09:00 horas, pelo maior lance, caso não haja licitante na primeira data e que não será aceito lance que, em segunda praça ou leilão, ofereça preço vil. **LOCAL:** Fórum de Balsas, situado na Avenida Dr. Jamildo, s/nº. **PROCESSO:** Execução nº 123/99. **CREDOR:** BANCO DO BRASIL S/A. **ADVOGADO (A):** Dr. Raimundo João Machado. **DEVEDOR(A):** Remi Waldemar Welz, Raul Deringer Junior e Dorival Lemke, que através do presente, fica (m) intimados(a) dos atos, caso não seja encontrado pelo Oficial de Justiça, para intimação pessoal. **ADVOGADO (A):** Dr. Alba Maria D'Almeida Lins. BALSAS/MA, 11 de novembro de 2010. Eu,  (Patrícia Botelho de M. Fetsosa), Secretária Judicial, digitei e subscrevi.

Marco André Tavares Teixeira
Juiz de Direito

DR. MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA
Juiz de Direito da 2ª Vara

TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROPÕE CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS

PÁGINA 9

Das propostas apresentados no projeto orçamentário para 2011, o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, destacou a criação de 41 cargos de analista judiciário de 1º grau. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA.

PÁGINA 9

EMPREGO

TJ cria 41 cargos de analista judiciário

Das propostas apresentados no seu projeto orçamentário para 2011, o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, destacou a criação de 41 cargos de analista judiciário de 1º grau. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA. O Tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O projeto também altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o Tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

Gratificação

O Judiciário também disporá, por meio de resolução, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Quanto ao reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados, de acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3%

(três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

Foram entregues, também, projeto de Lei Complementar que institui a gratificação de direção de Fórum aos magistrados estaduais que exercerem funções administrativas na condição de juízes diretores de fóruns; além de projeto que autoriza o Judiciário instituir a Fundação Pública da Cidadania e Justiça.

Ao receber os documentos, Marcelo Tavares disse que as mensagens serão publicadas, encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça para elaboração do parecer e votação no plenário. "O Legislativo tem todo o interesse em dar um tratamento célere às propostas encaminhadas pelo Judiciário", informou.

ELEIÇÃO NA UEMA

*Justiça garante José Augusto
Silva na disputa pela reitoria*

PÁGINA 3

UEMA

Reitor assegura presença em disputa

DANIEL FERNANDES

O atual reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), professor José Augusto Silva Oliveira, vai concorrer à reeleição hoje. Na manhã de ontem, a desembargadora Nelma Sarhey suspendeu o efeito da liminar contra

a candidatura do reitor e do vice, Gustavo Pereira da Costa. De acordo com a decisão da desembargadora, ficou entendido que José Augusto tem direito à reeleição porque ele foi eleito apenas uma vez. A outra vez em que foi reitor, em 2006, estava substituindo o reitor anterior, Waldir Maranhão, que deixou a instituição para disputar vaga na Câmara. Voltou a ser reitor após a eleição de 2006, que saiu vencedor.

Três chapas entraram com pedido de liminar na 1ª Vara da Fazenda Pública, alegando que José Augusto estaria entrando no terceiro mandato, contando com o tempo de substituição de Waldir Maranhão. A liminar foi concedida na tarde de segunda-feira, pela juíza Luzia Madeiro Nepomuceno.

A juíza usou como base para a decisão o regimento interno da Uema, que determina um prazo máximo de oito anos para que determinada pessoa ocupe o cargo de reitor. Para ela, concorrer novamente excede o prazo, tornando a candidatura fora da legalidade do regimento.

A chapa do reitor recorreu da decisão junto ao Tribunal de Justiça, obtendo a suspensão da liminar. “Eu acatei a decisão da juíza, tenho o maior respeito pela decisão. Mas não fui ouvido, então me julguei no direito de recorrer. Apresentei minha defesa para o Tribunal de Justiça e a desembargadora permitiu que eu continuasse minha candidatura”, explicou o novamente candidato José Augusto.

As eleições para reitoria e vice-reitoria da Uema ocorrem hoje, das

9h às 21h, com professores, servidores técnico-administrativos e alunos comparecendo às urnas para votar nos candidatos. Serão mais de 40 urnas espalhadas em mais de 30 campi e pólos pelo estado. Concorrem sete chapas para a reitoria. Os nomes para a reitoria são: José Augusto Silva Oliveira, Joaquim Teixeira Lopes, o Juca, Hamilton Jesus Santos Almeida, Henrique Mariano Costa do Amaral, Iva Sousa da Silva, José Belo Salgado Neto e José Gomes Pereira.

O processo eleitoral é diferente das eleições para cargos políticos: após a votação, os três candidatos mais votados dentre os sete formarão a lista tríplice. Essa lista será enviada para a governadora Roseana Sarney, que será responsável pela escolha da chapa vencedora.

Busca do entendimento

Para aliviar a sobrecarga da Justiça e promover a solução pacífica das disputas, será realizada a Semana Nacional de Conciliação

TERESA DIAS

Sentada em frente a uma das Varas da Família no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a vendedora Regina Pereira, 23 anos, aguardava a hora da audiência de conciliação com o pai de suas duas filhas. Ansiosa, ela esperava pela chegada a um consenso sobre a pensão. “Ele estava pagando o valor de maneira informal, e decidi regularizar a situação de uma vez por todas. Não queremos conflito, nosso objetivo hoje aqui é o acordo”. O auxiliar de entrega Antonio Marcos Teixeira, o pai das filhas de Regina, de quem está separado há três meses, antes era desconhecedor da possibilidade da conciliação. Agora, ressalta os benefícios dela. “Não sabia desta alternativa, fui orientado pelo juizado ao qual me dirigi. Achei muito interessante, pois assim se evita toda a dor de cabeça de um processo. Agora que estou empregado, quero acertar um valor exato e compatível com minhas finanças, e ainda por cima respaldado na lei.”, diz.

Está é uma cena que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende multiplicar por todos os tribunais ao redor do país. Com o slogan “Conciliando a gente se entende”,

ele promove a 5ª Semana Nacional de Conciliação, a ocorrer de 29 de novembro a 3 de dezembro deste ano. A Semana faz parte de um projeto maior, o Movimento pela Conciliação, lançado em 2006.

Juntamente com o incentivo à resolução amigável, outra motivação fundamental para a iniciativa é a tentativa de amenizar o atolamento crônico do Poder Judiciário. Aproximadamente 86,6 milhões – correspondente à população de um país como a Etiópia – de processos tramitaram na Justiça brasileira ano passado. Como resultado, a taxa de congestionamento (novas demandas e casos pendentes não finalizados ao longo do ano) ficou em nada menos que 71%.

No Maranhão, os resultados da Semana já se mostraram positivos. No ano passado, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) ficou em sexto lugar no ranking nacional de melhor desempenho do período. Foram 4.825 acordos efetuados, cujos valores somaram em torno de R\$ 3,5 milhões.

A Corregedoria Geral da Justiça e a Coordenação dos Juizados do Maranhão já organizam-se para a Semana deste ano. Dentre as medidas, estão as parcerias com as Lojas Gabryella (visando rea-

lizar o maior número possível de audiências em ela seja uma das partes) e a convocação de conciliadores voluntários.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do estado, por sua vez, desde 2006 já realiza ações no sentido por conta própria, antes mesmo de aderir ao movimento do CNJ. Foi um dos pioneiros do Brasil na iniciativa de mutirões de conciliação, e já abriu o agendamento para as audiências este ano. Os interessados podem marcar e pedir informações por telefone (0800 282 2323 e (098) 2109-994), e-mail (conciliar@trt16.jus.br) ou preenchimento de formulário eletrônico no site (www.trt16.jus.br).

“Achei muito interessante, pois assim se evita toda a dor de cabeça de um processo. Agora que estou empregado, quero acertar um valor exato”

ANTÔNIO MARCOS TEIXEIRA,
auxiliar de entrega

Outros caminhos para o acordo

A conciliação é a resolução das disputas judiciais por meio alternativo, em que uma terceira pessoa neutra (que pode ser o próprio juiz) orienta as partes para a chegada a um acordo. O termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, tem valor de sentença. Ela pode existir em qualquer fase do processo, ou até mesmo antes que se inicie um. Pode ser proposta tanto pelo juiz como pelas partes, desde que ambas concordem a respeito disso.

Vale ressaltar, porém, que ela só se aplica a casos em que o suposto delito em questão tem pena privativa de liberdade de no máximo dois anos. Crimes graves, como atentados contra a vida e tortura, estão fora de qualquer negociação.

O juiz José Ribamar Heluy Junior, da 7ª vara cível do Fórum Desembargador Sarney Costa, relata que os acertos mais comuns chegam a pagamento de cestas básicas, contribuições a entidades filantrópicas, e ressarcimento de despesas, como

quando há lesão corporal leve e o culpado paga a conta do hospital e dos remédios, por exemplo.

Além da inexistência de perdedores e ganhadores na conciliação, o juiz destaca outras vantagens. "Ao se optar pela conciliação antes mesmo do início do processo, além de livrar-se de todo o desgaste de uma disputa judicial, não há risco de condenação, e a pessoa pode continuar com a ficha limpa perante a Justiça".

É possível ainda resolver os conflitos sem sequer recorrer à tutela do Estado. A arbitragem é outro caminho alternativo, e diferentemente da conciliação, é feita apenas por entidades privadas. As pessoas capazes de firmar contratos podem resolver questões relativas a direitos patrimoniais disponíveis desta forma.

Arbitragem

O Maranhão foi o último estado a criar o seu Tribunal Arbitral, em 2003. O Tribunal Arbitral e Mediação do Maranhão (Tama) conta com

cerca de 100 árbitros tecnicamente preparados, vindos de diversas áreas profissionais (medicina, engenharia, enfermagem, advocacia etc), a fim de melhor compreender os conflitos em questão.

Em média são aproximadamente 100 novos procedimentos resolvidos por mês, a maioria tendo empresas como uma das partes. "Infelizmente, a arbitragem é subutilizada pelos maranhenses, que pouco sabem sobre ela. Ainda temos aquela cultura tradicional, de levar tudo para a Justiça, quando as coisas poderiam ser feitas de maneira mais simples e rápida.", lamenta Francisco Tarcísio Linhares, presidente do Tama.

NEIDSON MOREIRA CAMPO A PRESS



JUIZ RIBAMAR HELUY DIZ QUE OS ACERTOS MAIS COMUNS SÃO PAGAMENTOS DE CESTAS BÁSICAS



DIVULGAÇÃO

Jamil Gedeon no momento que entregava proposições ao presidente da Assembleia, Marcelo Tavares

Jamil Gedeon apresenta à Assembleia projetos de criação de cargos e critérios de gratificações

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, apresentou ontem ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Tavares, mensagens dos projetos de lei referentes à criação, extinção de

cargos e estabelecimento de critérios para gratificações; e projeto que dispõe sobre o reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual. PÁGINA 3

GRATIFICAÇÕES

Jamil Gedeon apresenta à Assembleia projetos de criação de cargos e critérios de gratificações

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, apresentou ontem ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Tavares, mensagens dos projetos de lei referentes à criação, extinção de cargos e estabelecimento de critérios para gratificações; e projeto que dispõe sobre o reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual. Os textos dos anteprojetos foram aprovados durante a sessão administrativa do Pleno, na última quarta-feira.

Foram entregues, também, projeto de Lei Complementar que institui a gratificação de direção de Fórum aos magistrados estaduais que exercerem funções administrativas na condição de juízes diretores de fóruns; além de projeto que autoriza o Judiciário instituir a Fundação Pública da Cidadania e Justiça.

Ao receber os documentos, Marcelo Tavares disse que as mensagens serão publicadas, encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça para elaboração do parecer e votação no plenário. "O Legislativo tem todo o interesse em dar um tratamento célere às propostas encaminhadas pelo Judiciário", informou. Acompanharam o presidente do TJ, os juízes auxiliares da presidência, Sonia Amaral e Raimundo Bógea.

Propostas – Dos projetos apresentados, há a proposta de criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA. O Tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços opera-



Jamil Gedeon entrega propostas à Assembleia Legislativa

cionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário – especialidade motorista.

O projeto também altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o Tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

O Judiciário também disporá, por meio de resolução, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciá-

ria (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Quanto ao reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados, de acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3% (três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

❖❖ **Dando prosseguimento ao projeto de estruturação da Justiça de 1º Grau, o Presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, inaugura, hoje e amanhã, respectivamente, as novas instalações dos fóruns de Carolina e Estreito, na região tocantina. Os fóruns foram construídos em parceria com o Consórcio Estreito Energia (Ceste), que custeou as despesas com as edificações.**

Governadora aprova convênio para segurança nos Fóruns

A governadora Roseana Sarney recebeu na tarde de ontem (23), em audiência no Palácio dos Leões, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Jamil de Miranda Gedeon. O encontro teve como objetivo viabilizar convênio – entre os Poderes Executivo e Judiciário – para que policiais militares reformados possam fazer a segurança nos Fóruns da Justiça da capital e interior do estado.

Na reunião também estiveram presentes a vice-presidente do TJ/MA, desembargadora Cleonice Freire, o corregedor-geral do TJ/MA, desembargador Guerreiro Júnior e os secretários de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes, e de Planejamento, Fábio Gondim.

Conforme explicou Aluísio Mendes, ao final da audiência, por falta de efetivo policial junto aos Fóruns, o Governo vai fimar um convênio para aproveitamento de policiais recém-reformados que serão requalificados e treinados com a finalidade de guardar os tribunais.

“A governadora Roseana achou a ideia muito positiva e de-



A governadora Roseana Sarney em audiência com os membros do Tribunal de Justiça

terminou celeridade no projeto. Esperamos que na semana que vem a minuta já esteja pronta. A assinatura do convênio deve ocorrer no final deste mês”, disse Aluísio Mendes.

O presidente do TJ/MA, Jamil Gedeon, afirmou que o convênio prevê que o pagamento do policial reformado será de 50% do soldo existente, dividindo os

custos entre o Judiciário e o Executivo.

“A segurança é uma medida urgente, sob pena de novas invasões, além do desrespeito da autoridade judicial na Comarca. A governadora Roseana foi muito sensível à nossa solicitação e na semana que vem deveremos celebrar o convênio”, disse o desembargador Jamil Gedeon.

1ª Câmara criminal mantém condenação de traficante

Em sessão realizada ontem, 23, a 1ª Câmara Criminal, manteve a condenação do traficante Eriko Veiga Arruda, mais conhecido como Buda.

Buda havia sido condenado pelo crime previsto no art. 33, da Lei 11.343/2006, a 04 (quatro) anos e 08(oito) meses de reclusão, pelo juiz da Vara de Entorpecentes da capital. A sentença do juiz determinara, ainda, a perda do veículo de propriedade do traficante, cite-se um veículo Audi, modelo A3, 1.8T, cor prata, em favor da União. A defesa interpôs recurso, objetivando a sua absolvição, alegando, para tanto, ser ele usuário de drogas.

Em seu voto, após minuciosa análise, o relator desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova dos autos não levava a uma mera presunção da compra de substância entorpecente para usuário próprio, mas sim, a certeza da prática delitiva do crime de tráfico de entorpecentes. O desembargador ressaltou ainda a configuração do crime de entorpecentes porque a apreensão da quantidade de cocaína e outros instrumentos corriqueiramente utilizados na traficância demonstravam a autoria e certeza da prática delitiva, mantendo assim, a sentença do Juiz da Vara de Entorpecentes.

O desembargador registrou ainda que os delitos de tráfico de entorpecente são de perigo abstrato para a saúde pública,

fazendo-se irrelevante que seja pequena a quantidade de entorpecente, ressaltando, inclusive que a condição de usuário, viciado inclusive, por si só não exclui a prática do tráfico, sendo comum a comercialização como forma de sustento do uso ou do vício. Melo ressaltou ainda “que os traficantes não tem pescoço só para pendurar cangalha, mas sim, cabeça para envolver os jovens e adolescentes para o uso da droga, causando verdadeiro peso social em nosso país”.

Quanto ao veículo apreendido, o desembargador Raimundo Melo modificou a decisão do Juiz da Vara de Entorpecentes, determinando que o veículo apreendido fosse destinado a Secretaria de Segurança do Estado – em especial ao departamento de narcóticos - para ser utilizado no combate ao crime de tráfico de entorpecentes. A entrega do carro será feita em solenidade a ser designada posteriormente.

Por fim, o relator determinou a expedição do competente mandado de prisão contra Buda, inclusive, requisitando a comunicação das policiais dos outros Estados, acerca desta determinação, pois, até a presente data Buda encontra-se foragido.

Acompanharam Melo os desembargadores Bayma Araujo e José Luiz Oliveira de Almeida, com a Procuradoria Geral de Justiça.

JUSTIÇA MANDA RESTAURAR PRÉDIO HISTÓRICO DA RUA DO SOL, EM SL

Um imóvel situado na Rua do Sol, esquina com a Santaniha, tombado pelo patrimônio histórico arquitetônico e paisagístico do Centro Urbano de São Luís deve ser restaurado em 90 dias para ficar com suas características originais. É o que decidiram unanimemente, ontem, os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

No ano de 1998, durante uma investigação, a Promotoria de Justiça especializada em Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís constatou que no prédio funcionava um estacionamento. Por essa razão, ajuizou no judiciário uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra a A.O. Gaspar e Cia Indústria e Comércio (proprietária do imóvel), o Estado do Maranhão e ainda contra o Município de São Luís.

Em maio de 2009, o juiz

Raimundo Nonato Neris Ferreira (5ª Vara da Fazenda Pública) condenou a empresa A.O. Gaspar e Cia Indústria e Comércio, proprietária do imóvel, o Estado do Maranhão e o Município de São Luís, juntos, a restaurarem as condições originais do prédio num prazo de 90 dias e multa de 5 mil reais por dia de atraso no cumprimento da ordem.

O Estado recorreu da sentença, alegando que o Poder Judiciário não pode interferir nas decisões que dependem de orçamento próprio e de licitação pública para serem executadas. Já a Gaspar relatou não possuir recursos financeiros para proceder à restauração.

Relator, o desembargador relator Raimundo Cutrim aceitou os motivos apresentados pelo Estado, ressaltando que a Justiça, no intuito de preservar a independência dos poderes,

não pode dispor sobre ações políticas quando estas medidas forem administrativas. Dessa forma, desobrigou os governos estaduais e municipais de dar início à obra.

Já em relação à Gaspar, Cutrim manteve a condenação, de acordo com o parecer ministerial, que destacava o desinteresse da empresa em ao menos relatar às autoridades a possibilidade de danos que poderiam ocorrer ao local devido ao abandono e à falta de conservação do mesmo.

Para o MPE, todos os 3 foram responsáveis pela deteriorização e descaracterização do patrimônio, cada um por um item próprio: a empresa por não preservar o bem e não comunicar este fato ao estado e município; O Estado por tombar e não ter o registro do imóvel e o Município, por tomar conhecimento da situação e não agir.

■ Prêmio Mochel

O PCdoB fará no próximo dia 29/11 a entrega do Prêmio José Augusto Mochel 2010 em solenidade marcada para as 18 horas.

Os homenageados deste ano são o Presidente da ANP, Haroldo Lima; o professor Francisco Gonçalves; a professora Zezé Costa; o militante histórico do PCdoB José dos Santos(Mestrinho); o juiz Márlon Reis; e a Fetaema.

O prêmio fará duas homenagens póstumas: a Magno Cruz, que faleceu em agosto deste ano; e a Alquimar Ribeiro Guterres, um dos reorganizadores do PCdoB.

Ato público termina em confusão e prisão de juiz e manifestantes em Dom Pedro

Uma manifestação de entidades da sociedade civil, realizada ontem, em Dom Pedro, resultou na prisão do juiz aposentado Jorge Moreno e dos líderes comunitários Marcos Robério dos Santos e Dimas dos Santos. O ato foi realizado pelo Tribunal Popular do Judiciário/Observatório da Justiça e Cidadania, em repúdio contra o juiz da comarca, Thales Ribeiro de Andrade, acusado por supostos desvios de conduta no exercício da função. PÁGINA 2

Atto público termina em confusão e prisão de manifestantes na cidade de Dom Pedro

Uma manifestação de entidades da sociedade civil, realizada ontem no município de Dom Pedro (a 324 km de São Luís), resultou na prisão do juiz aposentado Jorge Moreno e dos líderes comunitários Marcos Robério dos Santos e Dimas dos Santos. O ato foi realizado pelo Tribunal Popular do Judiciário/Observatório da Justiça e Cidadania, em repúdio contra o juiz da comarca, Thales Ribeiro de Andrade, acusado por supostos desvios de conduta no exercício da função.

A mando do juiz Thales Andrade, policiais militares apreenderam faixas de manifestantes, um carro e até uma bicicleta de som utilizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Dom Pedro (Sinserpdom).

De acordo com informações fornecidas ontem à noite à re-

portagem do **Jornal Pequeno**, o delegado de polícia Otávio Cavalcante e o promotor de justiça Jailton entraram em conflito com o juiz Thales Andrade, pelo fato de não aceitarem o cumprimento de mandados de prisão expedidos contra líderes da manifestação.

O juiz mandou prender lideranças populares como Vera Alves, Jânia Castro e Gercildo Leite, que não compareceram à manifestação, para não serem presos. Segundo relatos feitos ao **JP**, o juiz também mandou impedir o trabalho da TV Rio Flores, retransmissora da Rede Record no município de Presidente Dutra. No começo da noite, Marcos Robério foi liberado, mas até o fechamento desta edição o juiz aposentado Jorge Moreno e Dimas dos Santos continuavam presos. Mas o advogado Eriomar Teixeira tentava soltá-los.

SOBE 

O juiz Pedro Holanda Pascoal recebeu, segunda-feira, o título de cidadão de Tuntum, comarca da qual é titular. A homenagem da Câmara dos Vereadores é um reconhecimento aos serviços prestados pelo magistrado à comunidade. O título foi entregue ao juiz pelo prefeito Chico Cunha, em solenidade em que esteve presente o desembargador Cleones Cunha.

Editorial

Diáspora

Deputados na Assembleia Legislativa têm demonstrado preocupação constante com o nível de violência e despejos que acontecem com uma frequência cada vez mais assustadora no Maranhão desde que projetos e empreendimentos bilionários passaram a anunciar sua instalação no Estado.

Há poucos dias, a deputada Gardênia Castelo denunciou o despejo de 200 famílias da comunidade quilombola Vila Cruzeiro, no município de Palmeirândia, informação confirmada ontem pela Comissão Pastoral da Terra através de carta enviada à deputada Helena Barros Heluy. É mais uma comunidade centenária que sofre expurgo do poder público por conta de liminares e decisões prolatadas pela Justiça.

Esses despejos são cada vez mais violentos, conforme foram lembrados pelo deputado Chico Gomes relatando o acontecido na Vila Bob Kennedy, município de Paço do Lumiar, no qual foram destruídas casas, rede de água e iluminação pública. A intervenção do parlamentar junto ao governo do Estado permitiu que a Vila fosse reconstruída do nada.

Em discurso na segunda-feira na Assembleia, no qual lamentou a violência que grassa no Maranhão, na esteira do assassinato do padre Bernardo, da paróquia de Humberto de Campos, a deputada Helena Heluy reiterou todos os temores da Comissão Pastoral da Terra com relação à violência na luta pela terra. Violência que tende a se estender à própria igreja católica.

Grileiros e empresas agropecuárias sabem que com a instalação de hidrelétricas, refinarias e outros projetos e empreendimentos no Maranhão o preço da terra estará muito valorizado e contam também com o incremento do turismo. O Maranhão em breve estará cercado de novos hotéis, resorts e pousadas nas proximidades desses empreendimentos, o que contribui para o avanço de imobiliárias e construtoras sobre as terras do Estado. Sem contar que os próprios empreendimentos costumam ocupar vastidões imensas, consumir quantidades enormes de água e energia elétrica e a saída que estão encontrando é a expulsão de comunidades rurais dos lugares onde tem vivido centenariamente.

A CPT já denunciou a existência de um consórcio formado dentro do poder público, com a participação inevitável de cartórios que neste momento estão sendo investigados pela Corregedoria-Geral da Justiça e pela Polícia Federal, para avançar sobre as terras do Estado. O preço do progresso é muito alto e está sendo pago inclusive em vidas por comunidades quilombolas, lavradores e pescadores. O Estado, ou melhor, o governo se torna cúmplice de mais essa diáspora que chega com o nome de desenvolvimento para infernizar a vida do povo pobre do Maranhão.

JUSTIÇA GARANTE A CANDIDATURA DO REITOR JOSÉ AUGUSTO NA UEMA

INFORME JP -PÁGINA 3

TJ-MA cassa a liminar que impedia a candidatura de José Augusto Oliveira

A desembargadora Nelma Sarney cassou, no final da manhã de ontem, liminar da juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, que havia suspenso a candidatura do professor José Augusto Silva Oliveira a mais um mandato na Reitoria da Uema. A ação na 1ª Vara foi ajuizada pelos candidatos a reitor Henrique Mariano, Joaquim Teixeira Lopes e Hamilton de Jesus Almeida e seu vice Francisco Alexandrino de Almeida Barbosa.

Eles alegavam que, de acordo com o Estatuto da Uema, o reitor só pode ser candidato a uma reeleição. Os opositoristas afirmam que o atual reitor “insiste em ser candidato pela terceira vez, completamente desviado da legalidade”. O argumento foi rechaçado na decisão da desembargadora Nelma Sarney. O atual reitor da Uema assumiu o cargo com a saída de Waldir Maranhão, em 2006, e foi reeleito em 2008.

Com a decisão proferida pela desembargadora Nelma Sarney, José Augusto Silva Oliveira poderá disputar hoje a eleição na Uema. Na segunda-feira passada, ele enfrentou protestos de estudantes que reclamavam principalmente da falta de infraestrutura na Universidade.

Do movimento, realizado em frente ao Palácio dos Leões, participaram membros do PT ligados ao vice-governador eleito Washington Luiz, PMDB, PV, DEM e PSOL. Candidata a vice na chapa de Joaquim Teixeira Lopes, a professora Maria Célia Pires Costa, também participou do ato.

Ação conjunta prende casal acusado de tráfico internacional de drogas

GILSON TEIXEIRA



Júlio Cesar e Lucineide foram presos e autuados em flagrante

A Polícia de Cuiabá – Mato Grosso, em parceria com o Departamento de Combate a Narcóticos do Maranhão (Denarc), desencadeou, ontem, a Operação Vitória, para cumprir 46 mandados nos dois estados. Em São Luís, três pessoas foram presas. De acordo com o delegado Agnaldo Timóteo, os homens foram presos preventivamente, bem como Lucineide Soares que responderá ainda por tráfico de drogas.

ÚLTIMA PÁGINA

Ação conjunta prende casal acusado de tráfico internacional de drogas

POR JULY CAMILO

A Delegacia de Repressão a Entorpecentes de Cuiabá – Mato Grosso (DRE), em parceria com o Departamento de Combate a Narcóticos do Maranhão (Denarc), desencadeou no início da manhã de ontem a Operação Vitória, no intuito de cumprir 46 mandados de prisão, busca e apreensão domiciliar nos dois estados, expedidos pela juíza Maria Cristina de Oliveira, da 9ª vara Especializada Delito Tóxico, de Cuiabá, desse total apenas um falhou. Em São Luís, três pessoas foram presas.

Segundo o delegado Agnaldo Timóteo, a operação foi desencadeada nos dois estados simultaneamente para não haver vazamento de informações. Na capital, três equipes foram de-

signadas para dar cumprimento às ordens judiciais que resultaram nas prisões de Lucineide Soares Nascimento, 25 anos, residente na Estrada da Vitória, casa 22, Sacavém, onde foram apreendidas 67 trouxinhas de crack e a importância de R\$ 242; e de Júlio Cesar Costa Mendes, o 'Julinho', 31 anos, morador da Travessa do Canavial, casa 302, também no Sacavém, e com ele a polícia apreendeu a quantia de R\$ 1.735; por fim a polícia deu cumprimento ao mandado de prisão de Fábio Henrique Moreira Filho, o 'Fabinho', que já está preso desde 2007, na Penitenciária de Pedrinhas, pela prática de tráfico de drogas.

De acordo com o delegado Agnaldo Timóteo, os homens foram presos preventivamente, bem como Lucineide Soares

que responderá ainda por tráfico de drogas. Os investigadores da Polícia Civil de Cuiabá, Pedro Cardoso e Kleber Lima, da DRE-MT, estiveram na capital e atuaram junto com os agentes do Denarc, que estiveram sob o comando do delegado Cláudio Mendes Pereira.

Segundo os investigadores, a polícia de Cuiabá deu início às investigações há pouco mais de um ano em Mato Grosso e acabou descobrindo ramificações do tráfico também no Maranhão. Eles explicaram que a droga – pasta base de cocaína, vinha da Bolívia e era enviada à capital maranhense por via terrestre normalmente atravessada pelo estado do Pará.

Os presos serão enviados aos centros de triagem da capital, onde permanecerão à disposição da Justiça.

Titulares de cartórios são afastados por corregedor

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, afastou este ano os titulares dos cartórios de Barreirinhas, Timbiras, Brejo e Anapurus, após constatadas irregularidades graves nas quatro serventias extrajudiciais durante correição. A adulteração de registros civis para obter aposentadorias junto ao INSS e para vantagens eleitorais e registros imobiliários falsos puxam a lista das fraudes cartorárias no estado. Os registradores afastados das funções figuram em vários desses ilícitos. O titular do cartório de Montes Altos seguiu idêntico caminho e também vai responder a Processo Administrativo Disciplinar. Em correição naquele cartório, em outubro, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) descobriu registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. Diante dos fatos, a juíza titular da comarca, Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré, requereu inspeção minuciosa na serventia extrajudicial.

Assembleia recebe a mensagem do TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, apresentou, ontem, 23, ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Tavares, mensagens dos projetos de lei referentes à criação, extinção de cargos e estabelecimento de critérios para gratificações; e projeto que dispõe sobre o reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual. Os textos dos anteprojetos foram aprovados durante a sessão administrativa do Pleno, na última quarta-feira.

Foram entregues, também, projeto de Lei Complementar que institui a gratificação de direção de Fórum aos magistrados estaduais que exercerem funções administrativas na condição de juízes diretores de fóruns; além de projeto que autoriza o Judiciário instituir a Fundação Pública da Cidadania e Justiça.

VOTAÇÃO

Ao receber os documentos, Marcelo Tavares disse que as mensagens serão publicadas, encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça para elaboração do parecer e votação no plenário. "O Legislativo tem todo o interesse em dar um tratamento célere às propostas encaminhadas pelo Judiciário", informou.

Acompanharam o presidente do TJ, os juízes auxiliares da presidência, Sonia Amaral e Raimundo Bógea.

PROPOSTAS

Dos projetos apresentados, há a proposta de criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA. O Tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O projeto também altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta

última. Uma das normas autoriza o Tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

GRATIFICAÇÃO

O Judiciário também disporá, por meio de resolução, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Quanto ao reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados, de acordo com o proje-



Jamil Gedeon entregou a mensagem disciplinando ações do TJ ao deputado Marcelo Tavares

to, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3% (três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.



*Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior conversaram
com a governadora Roseana Sarney*

Fóruns terão segurança assegurada pelo Estado

A governadora Roseana Sarney recebeu na tarde de ontem, 23, em audiência no Palácio dos Leões, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Jamil de Miranda Gedeon. O encontro teve como objetivo viabilizar convênio – entre os Poderes Executivo e Judiciário – para que policiais militares reformados possam fazer a segurança nos Fóruns da Justiça da capital e interior do estado. Na reunião também estiveram presentes a vice-presidente do TJ/MA, desembargadora Cleonice Freire, o corregedor-geral do TJ/MA, desembargador Guerreiro Júnior e os secretários de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes, e de Planejamento, Fábio Gondim.